

abstrato do Emílio e sua impossível separação social, além da equívoca noção de bondade natural do homem e a nítida divisão entre o homem e o cidadão, embora não apreenda o seu significado mais profundo e inovador, ligado à “descoberta da infância” e ao puericentrismo. Em oposição ainda ao método educativo de Rousseau, negativo e ativo, Gerdil recorre ao valor do método lógico-sistemático e ao princípio da autoridade. Gerdil apresenta-se um pouco como o representante do anti-iluminismo do século XVIII e o primeiro teórico de uma pedagogia da “restauração”. Em outro escrito (*Considerazione sopra gli studi della gioventù*, de 1785) ele polemiza abertamente com as práticas educativas da época, acusadas de utilitarismo e de superficialidade, e proclama a necessidade de estudos mais severos e metódicos, desenvolvidos em torno do ensino lógico-gramatical, típico das escolas humanistas, uma vez que “da leitura de Homero combinada com as instituições e preceitos das outras ciências deviam os estudiosos extrair um notável proveito”.

No variado panorama pedagógico do Setecentos italiano, cabe uma referência também às múltiplas iniciativas de reforma escolar que, no curso dos últimos trinta anos do século, animam a política de alguns Estados italianos. Em Veneza com Gaspare Gozzi, em Parma com o ministro Du Tillot, na Toscana com Leopoldo I e em Nápoles com o ministro Tanucci (inspirado por Genovesi), iniciam-se projetos de reforma da instrução. Em grande parte, porém, são reformas administrativas, que não chegam a laicizar completamente o ensino, mudando também os métodos e os conteúdos. O objetivo comum e primário é, na verdade, formar funcionários mais preparados e modernamente eficientes para o Estado, e não iniciar uma consistente difusão da educação pública e um desenvolvimento radical da sua laicidade.

#### 4 ROUSSEAU: O “PAI” DA PEDAGOGIA CONTEMPORÂNEA

No interior de um século, como o XVIII, que assistiu a um crescimento e a uma ampla renovação da filosofia da educação, dos modelos educativos e das organizações escolares, e justamente na França, que foi de certo modo a forja das propostas teóricas mais avançadas (ao passo que foi bem pouco ativa nas transformações práticas), coloca-se o “pai”

da pedagogia contemporânea, a figura que a influenciou de modo decisivo e radical, o autor que executou a virada mais explícita da sua história moderna: Jean-Jacques Rousseau. O filósofo de língua francesa, de fato, operou uma “revolução copernicana” em pedagogia, colocando no centro da sua teorização a criança; opôs-se a todas as ideias correntes (da tradição e do seu século) em matéria educativa: desde o uso das fraldas até o “raciocinar” com as crianças e o primado da instrução e da formação moral; elaborou uma nova imagem da infância, vista como próxima do homem por natureza, bom e animado pela piedade, sociável mas também autônomo, como articulada em etapas sucessivas (da primeira infância à adolescência) bastante diversas entre si por capacidades cognitivas e comportamentos morais; teorizou uma série de modelos educativos (dois sobretudo: um destinado ao homem e outro ao cidadão) colocados, ao mesmo tempo, como alternativos e complementares e como vias possíveis para operar a renaturalização do homem, isto é, a restauração de um homem subtraído à alienação e à desorientação interior que assumiu nas sociedades “opulentas”, ricas e dominadas por falsas necessidades. Todavia, a renovação da pedagogia em Rousseau realiza-se em estreita simbiose com *todo* o seu pensamento de moralista e de político, de filósofo da história e de reformador antropológico; com aquele pensamento que se interroga sobre as origens do “mal” do homem (do seu mal-estar e da sua desnaturação – tema tradicional da teodiceia) e identifica as causas do mal na sociedade (pelo seu afastamento do estado de natureza intervindo com a divisão do trabalho e com a afirmação da propriedade particular), mas nela – e só nela – reconhece também a via do remédio, desde que se reorganize segundo a ideia do “contrato” (igualitária e comunitária, animada por uma única e coletiva vontade geral, que está na base do governo e das leis) e reative, também na sociedade doente, a possibilidade de construir um homem novo, natural e equilibrado, do qual Emílio é o modelo.

Política e pedagogia estão estreitamente ligadas em Rousseau: uma é o pressuposto e o complemento da outra, e juntas tornam possível a reforma integral do homem e da sociedade, reconduzindo-a – por vias novas – para a recuperação da condição natural, ou seja, por vias totalmente artificiais e não ingênuas, ativadas através de um radical esforço racional. A pedagogia de Rousseau faz parte de um esboço bastante com-

plexo de filosofia da história (baseada no princípio da decadência) e de reforma antropológico-social ao qual são dedicadas todas as grandes obras do genebrino, mesmo as do último período de sua vida, saturadas de gosto romântico e de forte individualismo, que aparecem, porém, como vias posteriores para realizar a renaturalização do homem, partindo agora do simples sujeito e da sua mais íntima sensibilidade. Há em Rousseau um único e grande problema antropológico-político (fazer o homem sair do "mal" e ativar as vias para conseguir este remédio), em cujo centro se coloca a própria pedagogia, articulada em várias formas, mas sempre essencial para promover o retorno do homem e da sociedade à condição natural.

Jean-Jacques Rousseau nasce em 1712 em Genebra, cidade que abandonou aos dezesseis anos para vagabundar entre a Itália, a França e a Suíça. Na Saboia conhece Madame de Warens, que de 1735 a 1739 o acolhe em Les Charmettes, sua residência. Aqui se realiza a sua primeira e efetiva formação cultural, estudando história, literatura, filosofia e música (sobretudo). Em 1740, é preceptor em Lyon; em 1742 vai a Paris e em 1743 a Veneza como secretário do embaixador da França. Retornando depois a Paris liga-se aos *philosophes* (a Diderot em particular), escreve comédias e peças musicais, liga-se sentimentalmente à plebeia Teresa Levasseur, colabora na *Enciclopédia*. Em 1750, com o *Discurso sobre as ciências e as artes* ganha o prêmio da Academia de Dijon e inicia sua carreira de escritor. Em 1754, escreve o *Discurso sobre a origem da desigualdade*. A partir de 1756, trabalha no romance *A Nova Heloísa* (publicado em 1760) e no tratado educativo *Emílio*, que publica em 1762 juntamente com o *Contrato social*, sua obra de reflexão política. *Emílio* e *Contrato* são condenados em Paris e Genebra e Rousseau foge de Paris, iniciando uma longa peregrinação e uma fase de alteração de seu equilíbrio psíquico, perturbado por manias de perseguição. Enquanto copia e compõe música, escreve as *Confissões*, depois os *Diálogos* (obras autobiográficas) e enfim, os *Devaneios de um caminhante solitário*, obra de sensibilidade pré-romântica. Morre em Hermenonville em 1778.

O pensamento pedagógico de Rousseau pode ser articulado segundo dois modelos, o do *Emílio*, em que são centrais as noções de educação negativa e de educação indireta, como também o papel particular que assume o educador, e o do *Contrato*, que versa sobre uma educação total-

mente socializada regulada pela intervenção do Estado. E são dois modelos, como já dissemos, alternativos e, ao mesmo tempo, complementares entre si.

#### ○ EMÍLIO E A "EDUCAÇÃO NATURAL"

Rousseau, nas *Confissões*, lembra a longa e trabalhosa elaboração do *Emílio* e as condições da sua publicação. Esta ocorre "um mês ou dois" depois do *Contrato social* que, evidentemente, tinha sido pensado e escrito ao mesmo tempo que o romance pedagógico. Este último, embora apresentado como o avesso simétrico da obra política pelas teses individualistas e antissociais que manifestava, era profundamente relacionado com o primeiro, enquanto se propunha, ao mesmo tempo, como uma intervenção alternativa e/ou complementar, em vista da reforma ética e política da sociedade. Rousseau sublinha ainda que "a publicação do livro não ocorre absolutamente com aquele objetivo de aplausos que acompanhava o aparecimento de todos os meus escritos. Jamais uma obra encontrou tantos elogios particulares e tão escassa aprovação pública". Muito cedo, porém, até mesmo pelas duras condenações sofridas pela obra de Rousseau em Paris, por parte do tribunal e do arcebispo, e em Genebra, o *Emílio* teve larga circulação na Europa e tornou-se simplesmente um texto da moda, na medida em que conseguiu despertar a curiosidade para uma nova e revolucionária sensibilidade em relação à infância e aos problemas pedagógicos. O *Emílio* foi composto por Rousseau no curso de oitodez anos a começar de 1753-1754 e está, portanto, estreitamente ligado às grandes obras rousseauianas daquele período, não só o *Contrato*, mas também *A nova Heloísa*, que teorizava, em suma, uma reforma da família, a partir da centralidade do amor e da virtude. A obra se apresentou de fato como um romance psicológico e como um manifesto educativo (e é este o seu aspecto mais célebre e mais comumente apreciado), mas ao mesmo tempo é um tratado de antropologia filosófica, enquanto expõe uma concepção precisa do homem natural, racional e moral, além do itinerário da sua formação, e um texto político relevante, especialmente no livro quinto, onde são retomadas e em parte integradas no sentido antropológico as teses já expostas no *Contrato*.

O tema fundamental do *Emílio* consiste na teorização de uma educação do homem enquanto tal (e não do homem como cidadão) através de seu “retorno à natureza”, ou seja, à centralidade das necessidades mais profundas e essenciais da criança, ao respeito pelos seus ritmos de crescimento e à valorização das características específicas da idade infantil. Isso significa, porém, que o próprio método da educação deve mudar profundamente, através de uma “revolução copernicana” que ponha no centro da ação educativa o próprio rapaz. A educação deve ocorrer de modo “natural”, longe das influências corruptoras do ambiente social e sob a direção de um pedagogo iluminado que oriente o processo formativo do menino para finalidades que reflitam as exigências da própria natureza. Cabe lembrar, porém, que “natureza” no texto de Rousseau assume pelo menos três significados diferentes: 1. como oposição àquilo que é social; 2. como valorização das necessidades espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; 3. como exigência de um contínuo contato com um ambiente físico não urbano e por isso considerado mais genuíno. Trata-se, desse modo, de operar uma “naturalização” do homem, capaz de renovar a sociedade europeia moderna, que chegou a um estado de evolução (e de corrupção) que torna impossível a sua reforma política, segundo o modelo republicano-democrático do “pequeno estado”.

No terreno estritamente educativo da obra de Rousseau, delineiam-se inovações extremamente originais e que tiveram uma enorme importância na evolução do pensamento pedagógico moderno. Três aspectos pelo menos devem ser destacados, por constituírem as intuições mais fulgurantes da contribuição rousseauiana à pedagogia: 1. a descoberta da infância como idade autônoma e dotada de características e finalidades específicas, bem diversas das que são próprias da idade adulta; dessa descoberta Rousseau estava decididamente consciente, como revela já no prefácio do *Emílio* (“a infância não é absolutamente conhecida” e “se perde” pelas “falsas ideias que se têm dela”; de fato, procura-se “sempre o homem no menino, sem pensar naquilo que ele é antes de ser homem”); 2. o elo entre motivação e aprendizagem colocado no centro da formação intelectual e moral de Emílio e que exige partir sempre, no ensino de qualquer noção, da sua utilidade para a criança e de uma referência precisa à sua experiência concreta; tal princípio rousseauiano

foi amplamente retomado na pedagogia romântica e mais ainda em algumas correntes pedagógicas do século xx, em particular pelo “ativismo” defensor do puericentrismo e ligado a comportamentos pragmáticos; 3. a atenção dedicada à antinomia e à contraditoriedade da relação educativa, vista por Rousseau ora como orientada decididamente para a antinomia, ora como necessariamente condicionada pela heteronomia; entre liberdade e autoridade, no ato educativo, não há exclusão, mas apenas uma sutil e também paradoxal dialética; deste aspecto “dramático” da educação Rousseau também foi sagaz intérprete, como toda a ambígua relação entre Emílio e o preceptor vem ilustrar.

São estes já os temas (“puericentrismo”, aprendizagem motivada, dialética autoridade-liberdade) que estão na base de grande parte da pedagogia contemporânea.

Tais perspectivas profundamente inovadoras da pedagogia rousseauiana em parte remetem também à lição de alguns pedagogos anteriores, em particular Montaigne e Fénelon que, como Rousseau, tinham-se dedicado a uma defesa dos direitos da infância e de uma aprendizagem “natural” das várias cognições formativas e instrutivas. No Rousseau pedagogo, porém, operam ainda outras tradições educativas: a espartano-plutarquiana, caracterizada por uma ordenação precisa e rigorosa das atividades infantis, por um recurso à educação física e a uma disciplina nada branda, e aquela ligada a Locke e Condillac, que se refere predominantemente aos processos de aprendizagem e à formação intelectual da criança, que deve ser precedida por uma educação dos sentidos e realizar-se através do contato com a experiência e uma análise-síntese dos seus vários aspectos.

Na base do romance pedagógico de Rousseau está colocada uma polémica aberta e consciente contra as pedagogias do seu tempo: aquela ligada aos colégios (“estabelecimentos ridículos”) e aquela ligada à educação aristocrática, e tais polémicas antijesuíticas e antiaristocráticas colocam posteriormente em destaque o caráter de mensagem radical que o *Emílio* queria assumir. Aos jesuítas e aos seus colégios, Rousseau reprova a artificialidade da sua educação, intelectualística e livresca, autoritária e pedante; à aristocracia, de habituar os filhos à imitação dos adultos, de prepará-los quase exclusivamente para as práticas inaturais das boas maneiras e da conversação, descuidando de suas mais profundas necessidades

e das próprias características da idade, a começar pela necessidade de viver em contato e crescer sob a orientação dos pais.

A obra de Rousseau imagina seguir o crescimento e a formação de um menino desde o nascimento até o casamento. Emílio, nobre e órfão, será levado para o campo e crescerá sob a orientação vigilante e atenta do preceptor. É um “rapaz comum” que vive com o preceptor-âmbito, o qual aplica a regra de “seguir a via que a natureza nos traça”, e cresce em ritmos lentos, mas apoderando-se bem dos conhecimentos que lhe são úteis. Estes são aprendidos no “tempo certo” quando a sua maturidade psicológica permite uma real assimilação: assim ocorre tanto para as várias disciplinas científicas como para a história, a religião e a moral. Nesse longo caminho, o papel do preceptor é o de “retardar” o mais possível esses aprendizados, de modo a evitar qualquer antecipação perigosa, e permitir que Emílio viva o mais longamente possível a própria infância, idade da alegria e da liberdade. Além de favorecer a natureza no seu lento desenvolvimento, o preceptor tem também o papel de orientar o menino, de corrigi-lo, de evitar os maus hábitos e os desvios dos comportamentos naturais. Para que este papel de intervenção tenha sucesso, é necessário “apoderar-se” do menino e “não deixá-lo mais, até que se torne homem”, acompanhando-o constantemente, mas “sem que ele perceba”, durante todo o crescimento. O objetivo final será formar não um fidalgo ou um erudito, mas mais simplesmente um homem, porque “qualquer pessoa bem educada para esse estado não pode cumprir mal os outros estados a ele referentes”.

Viver é o ofício que lhe quero ensinar. Saindo das minhas mãos, ele não será, admito, nem magistrado, nem soldado, nem padre; será antes de tudo um homem: tudo aquilo que um homem deve ser, ele saberá sê-lo, neste caso, como qualquer um; e por mais que a fortuna possa fazê-lo mudar de condição, ele se encontrará sempre na sua. (*Emílio*, livro I)

A formação do homem natural, exemplificado em Emílio, se realiza através de cinco grandes etapas que Rousseau apresenta nos cinco livros do seu romance-tratado. O primeiro livro é dedicado à idade infantil (que termina com a aquisição da capacidade de articular discursos suficientemente orgânicos) e caracterizado por uma educação higiênica e capaz de não criar no menino hábitos inaturais e nefastos (especialmente quanto à dependência dos adultos pelo “comando” da criança). Rousseau,

após um amplo “prelúdio” em que expõe os princípios gerais da sua pedagogia, enfrenta alguns problemas concretos da educação de Emílio: opõe-se, em nome da liberdade de movimento, ao uso de fraldas; enumera as qualidades necessárias para a ama (sadia e de origem camponesa); reclama insensibilidade por parte dos adultos para com o choro infantil etc.

Mas é com o segundo livro, dedicado à puerícia (dos três aos doze anos), que emergem as teses mais originais da educação rousseauiana. Nestas páginas a infância é tratada como uma idade caracterizada por “fraqueza” e “dependência”, por “curiosidade” e por “liberdade”, embora esta última deva ser “bem regulada”. É uma idade pré-moral e pré-razional, toda voltada para interesses presentes e substancialmente feliz. Aqui é importante que o educador “perca tempo” e intervenha, para ensinar a Emílio algumas noções essenciais (como, por exemplo, a noção de propriedade), através das “coisas”, das experiências diretas da criança. Aparece nítida também a negativa de Rousseau para qualquer forma de instrução precoce, seja quanto a línguas estrangeiras, a história ou a fábulas, e o objetivo primário da educação nesta fase deve ser o fortalecimento do corpo e o uso correto dos sentidos, com raros elementos de instrução do tipo escolar (um pouco de desenho e de geometria).

Com o terceiro livro entramos na idade que hoje definiríamos como da pré-adolescência e que Rousseau caracteriza como a “idade do útil”. Emílio agora é forte, ainda é curioso, e ainda surdo às paixões. É a idade melhor para iniciá-lo no estudo de noções limitadas, mas justas. A formação intelectual do rapaz ocorrerá através do estudo de ambiente que estimule nele o gosto de aprender com a experiência e não com lições abstratas. O método do seu estudo deve ser empírico e não sistemático e encontrará uma aplicação central na física experimental. O seu único livro será o *Robinson Crusóé*, que reflete egregiamente a autossuficiência do menino nesta idade e a curiosidade ativa que o mantém na aprendizagem. Emílio aprenderá também um trabalho, “limpo” e “honesto”, que o habitue a submeter-se a regras, a estar em contato com os outros e que o torne economicamente autônomo em caso de reviravoltas sociais: o ofício de carpinteiro.

O quarto livro, talvez o mais célebre da obra, trata da adolescência de Emílio. Fixadas as características deste “segundo nascimento”, indicadas

no despertar das paixões e numa primeira atenção para com os outros homens, que se manifesta na amizade e na piedade, Rousseau apresenta as matérias que devem ser enfrentadas nesta idade: a história, a moral e a religião. No centro do quarto livro é colocada a "Profissão de fé do vigário de Saboia", que é um pouco a síntese filosófica de Rousseau e que deve preparar o jovem Emílio para uma concepção religiosa do mundo, mas segundo orientações muito próximas do deísmo e distantes de qualquer confessionalismo, embora o "deísmo" de Rousseau apresente características muito específicas, na medida em que apela para a centralidade da consciência como sede da crença no divino e da lei moral. Agora homem, enquanto dotado de paixão e de razão, Emílio pode livremente apaixonar-se e procurar a sua Sofia (a mulher ideal).

O quinto livro é dedicado em grande parte à história, com final feliz, do amor entre Emílio e Sofia, também amplamente orquestrada pelo preceptor, e que se conclui com o empenho de Emílio de servir de preceptor para o próprio filho. Mas o quinto livro contém também outras duas partes bastante significativas: um projeto de "educação da mulher", que é exaltada como modelo de virtude e de sabedoria, mas também relegada a uma posição naturalmente subalterna em relação ao homem, empenhada em preparar-se para a "profissão" única de esposa e mãe, apreciada porque "casta", "submissa e laboriosa". Ao lado deste modelo educativo para a mulher, altamente discriminatório e surdo às primeiras reivindicações de emancipação feminina já então iniciadas, Rousseau desenvolve (como já anunciamos) também um projeto de educação social e política de Emílio, através de viagens, do estudo das características dos vários povos e do estudo das línguas, a adoção de uma medida de julgamento no campo político, confiada ao critério ideal do *Contrato*. Emílio decide, enfim, fixar-se no próprio país de nascimento e "viver no meio dos homens", procurando ser para eles "o benfeitor" e "o modelo", indo especialmente habitar no campo, fugindo das grandes cidades corrompidas.

Comovo-me pensando em quantos benefícios Emílio e Sofia podem espalhar em torno de si de seu simples retiro, como podem dar vida aos campos e reanimar o zelo extinto do infeliz camponês. Creio ver o povo multiplicando-se, os campos fertilizando-se, a terra assumindo um novo ornamento, a multidão e a abundância transformando os trabalhos em festas, os prados em alegria e as bênçãos elevando-se do meio dos jogos rústicos em torno do amável casal que os reanimou (*Emílio*, livro IV)

escreve Rousseau, contemplando a sua utopia antropológica e social realizada e confirmando, ao final da obra, a profunda valência política, além de pedagógica, do *Emílio*.

#### A "EDUCAÇÃO NEGATIVA" E A "EDUCAÇÃO INDIRETA"

Ao lado do princípio fundamental da "educação natural", Rousseau mostra, no seu texto pedagógico, a importância de pelo menos dois outros conceitos: o de "educação negativa" e o de "educação indireta".

O primeiro teoriza a não intervenção por parte do educador, que deve apenas acompanhar o crescimento do menino, mantê-lo isolado e ao abrigo das influências da sociedade corrupta e, eventualmente, corrigi-lo, mas através do exemplo ou da intervenção indireta.

A primeira educação deve ser puramente negativa. Ela consiste não em ensinar a virtude e a verdade, mas em proteger o coração do vício e a mente do erro. Se pudesdes não fazer nada e não deixar fazer nada; se pudesdes levar vosso aluno sadio e robusto até a idade de doze anos ... sem preconceitos, sem hábitos ... muito logo tereis entre as mãos o mais sensato dos homens; e, começando com não fazer nada, tereis feito um prodígio de educação. (*Emílio*, livro II)

Será o próprio processo de crescimento que despertará no menino exigências e curiosidades, e o fará descobrir as dimensões mais complexas da experiência, desde a intelectual até a moral, desde a sentimental até a religiosa. O importante é não acelerar esse crescimento natural e deixar à natureza o tempo de desenvolver-se livremente. Por conseguinte, Rousseau não fixará para o seu Emílio nem horários, nem programas demasiado rígidos e minuciosos, mas se valerá de uma "liberdade bem regulada", que exclui "lições verbais" e "castigos" e que reconhece ao menino o direito de manifestar "o amor de si próprio" (que é "bom e útil em si), isto é, sua livre iniciativa, mesmo que seja sob o olhar vigilante do pedagogo.

Toda aprendizagem, seja intelectual ou ética, deve ocorrer em contato com as "coisas", deve ser "indireta". De fato, para Rousseau, o homem é educado pela "natureza", pelas "coisas" e pelos "homens". Uma educação correta exige a valorização da natureza e das coisas e a eliminação da influência dos homens. Assim, às coisas é solicitado o papel de exercer

uma coerção sobre os instintos e a liberdade infantil, de criar limites à sua expressão e de elaborar sua regulamentação precisa.

Através do contato com as coisas, o menino cresce moral e intelectualmente e o próprio educador só deverá intervir no crescimento de Emílio através das coisas, quer se trate de uma lição de economia, de moral ou de astronomia.

Conservai a criança na dependência apenas das coisas e tereis seguido a ordem da natureza no progresso da sua educação ... Fazei de modo que, enquanto ele for atingido apenas pelas coisas sensíveis, todas as suas ideias se limitem às sensações ... (*Emílio*, livro II)

Nenhum outro livro a não ser o mundo, nenhuma outra instrução a não ser os fatos ... Tornai vosso aluno atento aos fenômenos da natureza, e muito logo o tornareis curioso; mas para alimentar a sua curiosidade, não vos apresseis jamais em satisfazê-la. (*Emílio*, livro III)

A educação "natural" e "negativa" tão exaltada em muitas páginas rousseauianas é, paradoxalmente, deixada na sombra em outras passagens do texto que reclamam explicitamente, como já dissemos, um papel autoritário, de decidida intervenção por parte do educador. Assim, algumas vezes, Rousseau quase exalta a capacidade de esconder essa intervenção coercitiva e de torná-la tolerada pela criança, ou seja, sem que ela a perceba como tal. Explicitamente, no segundo livro, ele afirma: "que ele julgue ser sempre o chefe, mas que o chefe seja sempre você. Não existe sujeição tão perfeita quanto aquela que conserva a aparência da liberdade"; para concluir mais abaixo: "não há dúvida de que ele só deve fazer o que quiser; mas só deve querer aquilo que você quer que ele faça", e de modo um tanto duro, exemplifica: "não deve dar um passo que você não tenha previsto, não deve abrir a boca sem que você saiba o que vai ser dito". As afirmações estão em aberto contraste com a liberalidade e o naturalismo típicos da pedagogia rousseauiana, como já foi muitas vezes e por muitos sublinhado, e parecem, em suma, negar seus postulados fundamentais. Alguns viram nisso a expressão da contradição típica de todo o pensamento rousseauiano, que é quase impossível de restringir-se a um traçado unívoco e coerente; outros destacaram sob a mensagem libertária a emergência da verdadeira concepção educativa de Rousseau; mas, talvez, mais próximos da verdade estejam aqueles intérpretes que viram nessa contradição a consciência precisa da

complexidade-antinomicidade presente em todo ato educativo, necessária e estruturalmente dividido (e de modo tal que não é possível recompor, já que estamos diante de uma "lei" profunda da educação) entre antinomia e heteronomia, entre autoridade e liberdade.

#### AS DUAS PEDAGOGIAS DE ROUSSEAU

Os estudos mais recentes sobre a pedagogia de Rousseau puseram em destaque a existência, na sua obra de maturidade, de dois modelos educativos, bem diferenciados entre si e, às vezes, até mesmo opostos. De um lado, coloca-se o modelo da educação natural e libertária que privilegia a formação do homem, típica do *Emílio*; de outro, o modelo de uma educação social e política, desenvolvida pelo Estado e ligada mais ao princípio da "conformação social" do que ao da liberdade, e que encontramos desenvolvida, em particular, nas *Considerações sobre o governo da Polônia*, obra póstuma de 1782. Educação do homem e educação do cidadão são contrapostas por Rousseau já no início do *Emílio*, onde a segunda vem desvalorizada, uma vez, que "a instrução pública não existe mais e não pode mais existir, já que onde não há mais pátria não pode mais haver cidadãos". Onde é possível, porém, reformar a sociedade e restituir-lhe um espírito nacional, a educação do cidadão permanece ainda como a fórmula mais justa e mais praticável.

Neste caso, é "a educação que deve dar às almas a forma nacional e dirigir suas opiniões e seus gostos, de tal modo que elas sejam patrióticas por inclinação, por paixão, por necessidade". Ela tem no centro "o amor da pátria", como unidade nacional e como república livre. A instrução "deve ser pública, confiada a professores poloneses, todos casados", e operada através de colégios que possuam um ginásio onde se dediquem amplos cuidados ao corpo, no qual as crianças se habituem a viver e a agir "todos juntos e em público". A escola pública será administrada por um "colegiado de magistrados de primeira ordem", que nomeará "os diretores dos colégios" e "os mestres dos exercícios".

O modelo em que Rousseau se inspira é, por um lado, a Genebra de Calvino e a sua administração centralizada dos estudos; por outro, a educação "dos antigos", admirada através da tradição espartana e através das

páginas de *A República* de Platão, e vista como um “fermento” presente em cada homem, mesmo moderno, que espera apenas as condições socio-políticas favoráveis para afirmar-se e desenvolver-se.

Os dois modelos pedagógicos elaborados por Rousseau não apenas representam duas fases do seu pensamento, mas também duas vias para operar o saneamento da sociedade e o renascimento do homem moral. A via do *Emílio* aplica-se a sociedades complexas e já demasiado corrompidas que não possam empreender o retorno a um Estado regido segundo os ditames do *Contrato social*; a via das *Considerações* resulta praticável por aqueles países ainda não centralizados demais ou vastos demais, que tenham uma economia mais primitiva e uma forte coesão interna entre os vários grupos sociais, como a própria Genebra, a Córsega ou a Polônia. Os dois são alternativos entre si, conforme as condições históricas dos vários países, mas é certo que a preferência de Rousseau vai para a educação pública dos cidadãos, pois é aquela que profundamente se harmoniza com a orientação do seu pensamento político e acompanha e sustenta sua transcrição historicamente operativa.

Todavia, foi o Rousseau do *Emílio*, e não o outro, que influenciou profundamente o pensamento pedagógico moderno, oferecendo à tradição pedagógica alguns novos “mitos” (a bondade da infância, a não intervenção educativa etc.) que tiveram ampla e prolongada fortuna. Rousseau pode ser visto quase como o “pai” da pedagogia moderna, seja pelo papel de “revolução” que o seu tratado romântico exerceu no fim do século XVIII, propondo uma nova concepção da infância e uma nova atitude pedagógica, seja pelos temas profundamente inovadores que veio introduzir no debate educativo.

Depois de Rousseau, a pedagogia tomou decididamente outro curso: tornou-se sensível a toda uma série de problemas antes considerados marginais e substancialmente ignorados; além disso, ligar-se a Rousseau era uma referência obrigatória de todo pedagogo posterior, seja para associar-se às teses do genebrino (como ocorre com o grande Pestalozzi, em parte com Dewey, com Claparède), seja para opor-se frontalmente ao seu libertarismo e ao seu radical antinacionismo (como ocorre com Herbart ou com Gramsci).

A visão da infância, o papel do educador, a própria consciência por parte do pedagogo das estruturas e da função (até social e política) do

próprio discurso mudaram profundamente através das lições de Rousseau, enquanto a pedagogia no seu conjunto adquiriu uma dimensão mais francamente antropológica e filosófica, distanciando-se de um tradicional vínculo quase subalterno em relação às instituições pedagógicas e às práticas didáticas. Ao lado de Comenius, mas com posições nitidamente diferentes, Rousseau é de fato uma chave mestra do pensamento pedagógico e, além disso, é o primeiro artífice do seu mais inquieto e contraditório percurso contemporâneo.

## 5 OUTROS INOVADORES: OS MATERIALISTAS, VICO, KANT

Se Rousseau elaborou o modelo mais radical e mais inovador do século em Pedagogia, outros autores vieram delineando projetos educativos igualmente originais e orgânicos, ainda que não tão incisivos e revolucionários como aquele fixado pelo filósofo genebrino. Foram, em particular, as filosofias “extremas” do século que deram vida também a pedagogias mais novas e radicais. É o que ocorre com os materialistas, que constroem um modelo estatal e igualitário, rigorosamente laico de educação, que será observado com atenção pela Revolução Francesa. Mas é o que ocorre também com Vico e com Kant, que representam – o primeiro – a alternativa mais radical ao cartesianismo e ao iluminismo futuro (pelo que existe nele de cartesiano, de cientístico e de anti-historicista), elaborada a partir da tradição, da história, da língua, às quais é confiado o papel realmente formativo da mente e do sujeito, ligando-os ao tecido histórico-social em que tomam forma; – o segundo – a revisão crítica dos fundamentos do saber e do agir iluministas através da crítica da razão (teórica e prática), que dá início a uma pedagogia rigorista, destinada a formar um homem universal e racional, marcado pelo “caráter” e pelo domínio que nele exerce a racionalidade universal. Estamos diante de três modelos que terão grande fortuna nos decênios sucessivos à Revolução e que agiram em profundidade na pedagogia europeia, até épocas bastante recentes, imprimindo em movimentos políticos e em área geográficas uma caracterização precisa: na França revolucionária (materialistas), na Itália entre a Época Napoleônica e a Restauração, mas também mais tarde (Vico), na Alemanha entre o iluminismo e o romantismo (Kant).